



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

INFORME BRASIL Nº 12/2023

Período: 15/04/2023 - 21/04/2023

GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ

- 1- Governo Bolsonaro aumentou benefício que militares recebem ao passar à reserva
- 2- Governo Lula enfrenta dificuldades para aprovar pacote antigolpismo no Congresso Nacional
- 3- Comandante do Exército recebeu mais de R\$770 mil com a sua admissão ao cargo
- 4- Em entrevista, secretário de Segurança Pública do Distrito Federal afirmou que atos como o de 8 de janeiro não irão se repetir em Brasília
- 5- Ministra do STM é cotada para ocupar vaga de Ricardo Lewandowski no STF
- 6- Participação de militares nos atos de 8 de janeiro e o histórico político das Forças Armadas
- 7- General é escolhido para chefiar assessoria no Congresso Nacional
- 8- Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência irá investigar uso de software israelense pela ABIN
- 9- Após recortes, governo Lula diminui presença de militares da ativa em cargos comissionados
- 10- Compartilhamento de dados de armas entre Secretaria de Segurança Pública e Exército facilita fiscalização
- 11- Investigações sobre os atos golpistas de 8 de janeiro avançam
- 12- Presidente Lula compareceu aos eventos do Dia do Exército
- 13- Ministro do GSI pede demissão após vídeos do 8 de janeiro o identificarem no Palácio do Planalto
- 14- Crise faz governo repensar o comando do GSI

1- Governo Bolsonaro aumentou benefício que militares recebem ao passarem para a reserva

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, o governo do ex-presidente da República, Jair Bolsonaro (2019-2022), aprovou uma lei que dobrou o valor do benefício que militares recebem ao se aposentarem, aumentando de quatro para oito vezes o salário do último posto ativo do oficial. Em números, esse aumento significa que generais agora passam à reserva recebendo até R\$ 300 mil reais. Ainda segundo a *Folha*, a mudança foi aprovada como parte da reforma da Previdência dos membros das Forças Armadas, e o argumento utilizado à época para defender esta mudança, proposta inicialmente pelo governo federal, foi de

que seria uma compensação ao fato de militares não terem acesso ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Os ministros da Defesa e da Economia à época, respectivamente, Fernando Azevedo e Silva e Paulo Guedes, defenderam a medida com base na “necessidade da manutenção do reconhecimento do mérito, do compromisso, da dedicação exclusiva e da disponibilidade permanente do militar”. (Folha de S. Paulo - Política - 15/04/23)

2- Governo Lula enfrenta dificuldades para aprovar pacote antigolpismo no Congresso Nacional

Em reportagem, o periódico *Folha de S. Paulo* destacou que o governo federal e a Casa Civil estão enfrentando dificuldades para a elaboração e tramitação do pacote antigolpismo no Congresso Nacional. Isso se dá pelo fato do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda não ter conseguido consolidar uma base de parlamentares forte o suficiente para garantir a aprovação de projetos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. O pacote antigolpismo foi proposto pelo governo logo após os atos antidemocráticos de 08/01/2023, e tinha como objetivo a criação de diferentes medidas voltadas para a consolidação do Estado Democrático de Direito frente às ameaças golpistas que se intensificaram no Brasil nos últimos anos. De acordo com a Casa Civil, algumas das principais propostas do pacote antigolpismo são: a criação de uma Guarda Nacional voltada para a proteção do Esplanada dos Ministérios e a Praça dos Três Poderes; agilizar o processo de perda de bens determinados pela justiça daqueles que participam ativamente ou financiam atos antidemocráticos; o endurecimento das punições já previstas em lei daqueles que atentam contra o regime democrático – como o Art. 359-L do Código Penal, o qual cita o uso de violência ou grave ameaça contra o Estado Democrático de Direito – e a criação de um artigo na Constituição Federal para punir aqueles que atentem contra a vida de autoridades dos Três Poderes da República (Executivo, Legislativo e Judiciário). A *Folha* também destacou que com o aumento de casos de ameaça e violência em escolas e universidades de todo o país, o tema da regulamentação das redes sociais, que anteriormente estava presente no pacote antigolpismo, foi incorporado ao projeto de lei das fakenews - que já está em estágio avançado de tramitação na Câmara dos Deputados, previsto para ser votado no final do mês de abril. Indagados pela *Folha* sobre a estagnação do pacote antigolpismo, tanto a Casa Civil quanto o Ministério da Justiça e Segurança Pública justificaram o atraso afirmando que as leis propostas são de altíssima complexidade, necessitando elaboração minuciosa. (Folha de S. Paulo - Política - 16/04/23)

3- Comandante do Exército recebeu mais de R\$770 mil com a sua admissão ao cargo

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o atual Comandante do Exército, general Tomás Miné Ribeiro Paiva, recebeu mais de R\$770.000,00 em ajudas de custo, indenizações e benefícios da carreira militar ao assumir o posto. Segundo informações divulgadas pelo Centro de Comunicação Social do Exército, do montante divulgado, R\$388.900,00 são referentes à indenização de férias não tiradas e outros benefícios da carreira militar acumulados entre 2019 e 2022. Já o valor de R\$304.100,00 tem relação com uma “ajuda de custo” que

é prevista para oficiais e praças militares que saem do serviço ativo para a reserva remunerada, sendo este valor calculado a partir da multiplicação em 8 vezes do salário bruto recebido pela última patente que ocupou, no caso de um general de 4 estrelas, R\$38.000,00. Adicionalmente, o valor de R\$77.000,00 está relacionado com a sua mudança de São Paulo para Brasília, calculado a partir de duas vezes o seu salário no momento do deslocamento. (Folha de S. Paulo - Política - 16/04/23)

4- Em entrevista, secretário de Segurança Pública do Distrito Federal afirmou que atos como o de 8 de janeiro não irão se repetir em Brasília

Em entrevista ao jornal *Correio Braziliense*, Sandro Torres Avelar, atual secretário de Segurança Pública do Distrito Federal (DF), afirmou que atos como o de 8 de janeiro de 2023 não irão se repetir em Brasília. Um dos motivos citados por Avelar para garantir a integridade da Praça dos Três Poderes foi o aumento de efetivo no 6º Batalhão de Polícia Militar, responsável pela região. O atual secretário destacou a adoção de novos procedimentos que devem ser adotados pela Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) e Secretaria de Segurança Pública (SSP) do DF para garantir a integridade das autoridades e o patrimônio público da região. Avelar também ressaltou a sua confiança na PMDF para a proteção do local afetado pelos atos antidemocráticos de 8 de janeiro e mencionou que a SSP do DF, principalmente seus órgãos de inteligência, atuará para comunicar ou antecipar possíveis manifestações próximas à Praça dos Três Poderes. Contudo, quando indagado sobre algum tipo de mudança mais intensa na SSP ou na PMDF - que continuam com membros da equipe do ex-secretário de Segurança Pública do DF, Anderson Torres, suspeito por omissão nos atos de 8 de janeiro - Avelar recuou, afirmando que as duas instituições conseguiram realizar com sucesso a organização e segurança de importantes eventos, como o carnaval de 2023. O *Correio* também noticiou a abertura da exposição intitulada "Reflexões do Senado - 100 Dias da Invasão", que conta com 50 imagens dos atos ocorridos em 8 de janeiro de 2023 contra a democracia brasileira no Congresso Nacional, e pode ser visitada pelo público até 26/04/2023. Estima-se que as depredações dos prédios dos Três Poderes acarretaram prejuízos superiores a R\$20 milhões. (Correio Braziliense - Cidades - 16/04/23; Correio Braziliense - Política - 18/04/23)

5- Ministra do STM é cotada para ocupar vaga de Ricardo Lewandowski no STF

Em uma curta menção na coluna Eixo Capital, do jornal *Correio Braziliense*, a repórter Ana Maria Campos destacou que uma das pessoas cotadas pelo governo federal para assumir a cadeira de Ricardo Lewandowski como ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) é a atual ministra do Supremo Tribunal Militar (STM), Maria Elizabeth Rocha. Ela foi indicada para o cargo que ocupa atualmente em 2007, pelo presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. (Correio Braziliense - Cidades - 16/04/23)

6- Participação de militares nos atos de 8 de janeiro e o histórico político das Forças Armadas

Em coluna opinativa para o periódico *Correio Braziliense*, o jornalista André Gustavo Stumpf informou que nos próximos dias terá início o julgamento dos indiciados pelos atos de 8 de janeiro. Nesse contexto, o repórter destacou o envolvimento de militares que ofereceram proteção aos manifestantes e os auxiliaram na fuga. Segundo Stumpf, estes atos foram “uma clara tentativa de golpe” e instituíram duas crises. A primeira crise foi a tentativa de tomar o poder e a segunda se refere à relação entre as Forças Armadas e o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ademais, o jornalista avaliou que, ao que tudo indica, o plano dos revoltosos era colocar os militares no poder, forçando o governo a instituir o dispositivo constitucional de Garantia da Lei e da Ordem. A respeito do assunto, o colunista lembrou que em diversos momentos da história brasileira, os militares assumiram uma posição contrária ao governo. A exemplo disso, o jornalista pontuou a questão da República, que se iniciou em 1889 quando os militares derrubaram o Império (1822-1889); o fato de que os primeiros presidentes do Brasil foram militares; a tentativa de impedir que Juscelino Kubitschek chegasse ao poder, e a ditadura militar (1964-1985). Por fim, ele concluiu que não é comum ver um membro das Forças Armadas respondendo pelos seus atos e destacou que “eles costumam ser anistiados tempos depois e, em seguida, assumir o poder”. (*Correio Braziliense* - Opinião - 17/04/23)

7- General é escolhido para chefiar assessoria no Congresso Nacional

Em reportagem, o periódico *Folha de S. Paulo* informou que a partir de uma estratégia do comandante do Exército, Tomás Miguel Ribeiro Paiva, o general Marcus Augusto da Silva Neto foi escolhido para assumir o cargo de assessor no Congresso Nacional, após consentimento de generais do Alto Comando do Exército. A *Folha* destacou que desde 2004 não havia representação militar no Congresso Nacional e que no processo de redemocratização, em 1985, os militares utilizaram tal estratégia, de forma que o ministro do Exército recebia informações dos diálogos dos constituintes pelos assessores do Exército. Segundo o jornal, os militares esperam que o Congresso discuta sobre a função das Forças Armadas. Dessa forma, com base em relatos, os repórteres apontaram que um dos objetivos de Silva Neto será compreender se há probabilidade do Partido dos Trabalhadores (PT) levar adiante a proposta de emenda à Constituição (PEC) que visa mudar o artigo 142 da Constituição de 1988, o qual estabelece que é dever das Forças Armadas garantir a lei e a ordem. Além disso, o general também poderá analisar a situação no Congresso para criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre os atos de 8 de janeiro, conseguir orçamento para as Forças Armadas e impedir propostas de reforma que alterem privilégios dos militares. A *Folha de S. Paulo* também noticiou que o general Silva Neto esteve no comando da 3ª Brigada de Infantaria Motorizada e foi responsável por conduzir e organizar a segurança de eventos como o Bicentenário da Independência e a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). (*Folha de S. Paulo* - Política - 17/04/23; *Folha de S. Paulo* - Política - 18/04/23)

8- Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência irá investigar uso de software israelense pela ABIN

Em coluna opinativa do periódico *O Estado de S. Paulo*, Mariana Carneiro, em colaboração com Julia Lindner e Gustavo Cortês, noticiou que a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência irá requerer informações sobre o uso do software israelense Cognyte. Segundo a jornalista, este software foi utilizado durante o governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), pela Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), para obter informações da população. Ademais, a repórter apontou que a referida Comissão realizou poucos encontros de 2018 a 2022, mas que pretende mudar esta situação em virtude dos acontecimentos de 8 de janeiro. (*O Estado de S. Paulo – Opinião – 17/04/23*)

9- Após recortes, governo Lula diminui presença de militares da ativa em cargos comissionados

De acordo com reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, desde as eleições, em outubro de 2022, até fevereiro de 2023, 319 militares da ativa foram cortados de cargos da administração pública, sendo que 196 deles foram desligados após a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Entretanto, o número de militares em postos civis ainda chegava a 1.871 em fevereiro deste ano. Segundo o jornal, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), em 2018, “assumiu seu governo com 1.793 militares da ativa das Forças Armadas requisitados para cargos no governo” e em julho de 2022 o número aumentou em 23%, batendo o recorde histórico de 2.206 militares da ativa em cargos de comissão. (*Folha de S. Paulo - Política - 18/04/23*)

10- Compartilhamento de dados de armas entre Secretaria de Segurança Pública e Exército facilita fiscalização

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, Tomás Miguel Miné Ribeiro Paiva, novo comandante do Exército, assinou portaria conjunta com a Secretaria de Segurança Pública que tem como objetivo unificar os cadastros de armas da Polícia Federal e do Exército. O compartilhamento de dados facilita a fiscalização, por parte do Exército e da Polícia Federal, de registros de colecionadores, atiradores e caçadores (CACs) e a verificação de antecedentes criminais do solicitante ou portador do documento. (*O Estado de S. Paulo - Política - 18/04/23*)

11- Investigações sobre os atos golpistas de 8 de janeiro avançam

Segundo reportagens publicadas nos jornais *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), votou em 18/04/2023 a favor de uma ação penal contra os 100 primeiros denunciados pela Procuradoria Geral da República (PGR) como participantes dos atos golpistas em 8 de janeiro de 2023, os quais depredaram as sedes dos Três Poderes. O ministro reiterou que a estrutura montada em frente ao Quartel-General do Exército Brasileiro em Brasília permeou a tentativa de influenciar a população e as Forças Armadas a tomarem o poder, instaurando hostilidade entre os militares e as instituições, e declarou que há justa causa para a abertura da ação, prevista para ir a julgamento no STF até o dia 24/04/2023. Sobre assunto conexo, o *Correio* informou que a Polícia Federal prendeu, em 18/04/23, o tenente-coronel da reserva da Aeronáutica, Euro Brasília Vieira Magalhães,

acusado pela Operação Lesa Pátria de participar dos atos antidemocráticos de 8 de janeiro. O militar e outros detidos estão sendo investigados pelos crimes de “abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado, associação criminosa, incitação ao crime, destruição e deterioração ou inutilização de bem especialmente protegido”. Segundo reportagem publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, um ofício da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, então chefiada pelo ex-ministro da Justiça Anderson Torres, traçado para proteger a Esplanada dos Ministérios e assegurar o “direito constitucional à livre manifestação pública” nos dias 7, 8 e 9 de janeiro de 2023, não contemplava o Palácio do Planalto, deixando de fora o Comando Militar do Planalto (CMP) e o Gabinete de Segurança Institucional (GSI). O documento, obtido pelo *Estadão*, foi entregue pelo ex-comandante militar do Planalto, general Gustavo Henrique Dutra de Menezes, para demonstrar que o Exército não estava ciente da situação. Atualmente, o documento está sob posse dos delegados da Operação Lesa Pátria, que investigam a omissão e participação de autoridades nos atos. O ex-comandante militar relatou ter enviado reforços do Batalhão da Guarda Presidencial ao Planalto dia 6 de janeiro, os quais foram dispensados no dia seguinte pelo GSI. (Correio Braziliense – Política – 19/04/23; Folha de S. Paulo – Política – 19/04/23; O Estado de S. Paulo – Política – 19/04/23)

12- Presidente Lula compareceu aos eventos do Dia do Exército

Conforme publicado em reportagem pelo *Correio Braziliense*, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, compareceu ao evento em comemoração ao Dia do Exército. Segundo o presidente, sua presença teve o intuito de reforçar a superação do vínculo entre o ex-presidente Jair Bolsonaro e as Forças Armadas, e demonstrar que não guarda rancor da instituição. Lula reforçou também que esse “não é mais o Exército de Bolsonaro”. Segundo os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o comandante do Exército, general Tomás Miguel Ribeiro Paiva, também compareceu ao evento e discursou ao lado do presidente Lula, mencionando o respeito às instituições e o apartidarismo como a base de um Exército mais moderno. Ainda sobre o evento, a *Folha* destacou o encontro entre Lula e o ex-comandante do Exército, Eduardo Villas Bôas, após o general ter publicado texto em que “pressionava o Supremo Tribunal Federal (STF) na véspera do julgamento de um *habeas corpus* do petista, em 2018”. De acordo com o jornal, os dois não interagiram em nenhum momento. (Correio Braziliense - Política - 20/04/23; Folha de S. Paulo - Política - 20/04/23; O Estado de S. Paulo - Política - 20/04/23)

13- Ministro do GSI pede demissão após vídeos do 8 de janeiro o identificarem no Palácio do Planalto

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, o general Marco Edson Gonçalves Dias, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), pediu demissão do seu cargo após ser flagrado em gravações internas do Palácio do Planalto no dia 8 de janeiro de 2023. Segundo o editorial da *Folha de S. Paulo*, as imagens foram reveladas pela CNN Brasil e mostram o ex-ministro andando pelo terceiro andar do palácio, perto do gabinete do presidente da República. Na avaliação do jornal, as imagens não mostram qualquer companheirismo entre o

ex-ministro e os criminosos. Entretanto, é possível ver militares oferecendo água aos vândalos e agentes do GSI cumprimentando os invasores. Ainda segundo os periódicos, o general Gonçalves Dias pediu demissão após reunião com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e foi convocado a prestar depoimento à Polícia Federal pelo próprio ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, a fim de esclarecer as imagens e suas ações. Segundo a *Folha*, o ex-ministro deu uma entrevista à GloboNews após sua demissão e afirmou ser um “absurdo para a sua imagem” associá-lo ao agente do GSI que ofereceu água aos vândalos. Também justificou que indicar a saída para os manifestantes era uma estratégia para retirá-los do quarto e do terceiro pisos para prendê-los no segundo. Segundo outra reportagem, a *Folha* informou que os vídeos revelados pela CNN Brasil estavam editados e sob sigilo, assim como todo o material na íntegra, o que irritou o presidente Lula porque, apesar dos seus pedidos, Gonçalves Dias não liberou o acesso ao material completo. Quando indagado pela *Folha*, o general afirmou ter montado uma apresentação com as filmagens mais sensíveis e encaminhou a Lula, além de ter enviado todas as horas de filmagem aos órgãos envolvidos na investigação, como STF, Polícia Federal, Exército Brasileiro e a Polícia Militar do Distrito Federal. Gonçalves Dias ainda disse que o material estava em sigilo segundo o previsto no Código do Processo Penal. O GSI atualmente está sob o comando civil de Ricardo Cappelli, o ex-interventor do Distrito Federal após a tentativa de golpe de 8 de janeiro. (Correio Braziliense - Política - 21/04/23; Folha de S. Paulo - Opinião - 21/04/23; Folha de S. Paulo - Política - 21/04/23; Folha de S. Paulo - Política - 21/04/23)

14- Crise faz governo repensar comando do GSI

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, com a saída do general Marco Edson Gonçalves Dias da chefia do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), o governo tem discutido possibilidades para o comando da pasta: alguns querem um militar, outros um civil. A ala que defende um comando militar entende que essa seria a alternativa menos problemática, pois evitaria ruídos políticos. Muito disso se baseia no medo de uma nova crise com a caserna, caso colocassem um civil no cargo. O jornal destacou que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva busca apaziguar as relações com os militares, mas nos primeiros quatro meses demitiu o comandante do Exército, general Julio Cesar Arruda. Já a ala que defende um comando civil deseja uma reestruturação completa do ministério, com uma composição que engloba militares, mas com comando civil. A *Folha* esclareceu que o Gabinete de Segurança Institucional foi criado em 1938, por um decreto do então presidente Getúlio Vargas, e a principal função era a gerência da segurança em assuntos envolvendo a Presidência da República, com um gabinete civil e outro militar. O GSI sofreu várias modificações durante os governos, mas, recentemente, na gestão de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), o referido Gabinete esteve associado diretamente ao presidente da República, sob o comando do general Augusto Heleno, que nomeou militares com forte sentimento antipetista. Ainda segundo o periódico, o presidente Lula, por estar em viagem oficial à Europa, havia decidido quem será o próximo ministro definitivo, nomeando interinamente o ex-interventor Ricardo Cappelli. (Folha de S. Paulo - Política - 21/04/23)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (URFFJ)

Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Supervisão

Laura Meneghim Donadelli

Leonardo Pontes Vinhó

Equipe redação UNESP/Franca

Abrahão Henrique Alves de Lima (bolsista COPE)

Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco

Beatriz Grasiano Campos

Davi Campos Matos

Isabelle Costa

Giulia Maria Dardegan Barbosa

Giovani Nunes Aguiar

Marcela Furlan de Cena

Mariana Terezinha Passos

Rodrigo Freitas de Souza

Thalia Cristina Vieira Lima

Equipe redação UFRRJ

Alberto Machado Santos

Geremias Dias dos Santos de Carvalho

Manuela de Jesus Brasil

Maria Luiza Garcia Rabelo

Mariana Amaro Gonçalves Silva
Vinícius de Albuquerque Damasceno
Vinícius Menezes Aguiar